

20 de Novembro: o dia que não passa



» ANDRÉ LÚCIO BENTO
Doutor em linguística, escritor, especialista em cultura africana, desenvolve projeto de catalogação dos baobás existentes em Brasília

Fui uma criança que via vultos na escola. O tempo todo. Mas eles gostavam mesmo de aparecer nas aulas de educação moral e cívica, uma disciplina a serviço da ditadura militar que tinha o objetivo de incutir, em nós, crianças, o nacionalismo e os chamados valores morais na visão do regime de exceção. Tinha um livro chamado *Vultos da pátria*, que, em suas várias versões, trazia um rol de biografias, quase todas para doutrinar as mentes de crianças e jovens do Brasil.

A princesa Isabel estava lá também e, se não me falha a memória, na edição a que eu tinha acesso no antigo 1º grau, ela era a única “vulta” no meio de um bocado de vultos, sobretudo por causa dos seus 15 minutos de fama no dia 13 de maio de 1888, quando herda a alcunha de redentora, por ter livrado o Brasil da escravidão negra. Essa fake news histórica, forjada na perspectiva colonial e racista, povouou e povoa o imaginário de muita gente e, de forma desonesta, esconde até hoje mulheres pretas e homens pretos que fizeram da abolição um processo de resistência e de luta, e não um presente dado ao povo brasileiro pela filha do imperador.

O 20 de Novembro é um feriado que tenta

reposicionar uma parte da história brasileira e da cultura do Brasil, aquela que, por muito tempo, não vimos na escola, no cinema, na televisão. Não é apenas uma data em referência a Zumbi dos Palmares. O Dia Nacional da Consciência Negra é dedicado a Dandara, Luiz Gama, André Rebouças, Carolina Maria de Jesus, Dona Ivone Lara, Milton Santos, Grande Otelo, João do Vale, Zezé Motta, Elza Soares, Machado de Assis, Clementina de Jesus, Maria Firmina dos Reis, Cruz e Sousa, Anastácia, Luiza Mahin, José do Patrocínio, Mãe Menininha do Gantois, Jamelão, Cartola, Lélia Gonzalez, Dona Zica, Alcione, Lia de Itamaracá, Alaíde Costa, Abdias Nascimento, Petronilha Beatriz, Tia Ciata, Sueli Carneiro, Jackson do Pandeiro, Léa Garcia, Neusa Borges, Jorge Ben Jor, Beatriz Nascimento, Lima Barreto, Ruth de Souza, Jovelina Pérola Negra, Chico Rei, Solano Trindade, Milton Gonçalves, Gilberto Gil, Nego Bispo, Arlindo Cruz, Conceição Evaristo, Martinho da Vila, Pixinguinha, Leci Brandão, Teresa de Benguela, Milton Nascimento... e aos pretos e às pretas do dia a dia, gente do corre, do anonimato, da ladeira, da parada de ônibus às quatro da manhã.

Gente preta que dá aula para transformar sua vida e o Brasil. Gente preta da advocacia, da engenharia, da arquitetura, da medicina, dos mes-trados e dos doutorados. É o dia que homenageia o samba, a capoeira, o hip-hop, o jongo, o maracatu, o afoxé, o funk, a congada, os tambores do Olodum... É o feriado que respeita as religiões de matriz africana e a luta quilombola.

O 20 de Novembro deve nos fazer lembrar que os luxos das cortes mundiais foram construídos, em boa parte, pela escravidão do nosso povo

preto. É saber que, nas xícaras ornadas com detalhes em ouro, tinha chibata e grilhão. Que os chazinhos elegantes servidos nas mesas dos impérios por aí no mundo eram uma receita de açúcar, suor e sangue do povo preto. Que a escravização por aqui não foi só um empreendimento capitalista bem-sucedido, mas, também, uma tentativa de apagamento de identidades e de matrizes culturais e religiosas.

Já é dezembro, mas ainda é 20 de Novembro para nós. Para que não nos esqueçamos das medidas imperiais que proibiam a matrícula de crianças pretas na escola, das fazendas de “escravas parideiras”, da Polícia Militar criada no Brasil para açoiatar e evitar levantes contra a abolição, dos estupros de mulheres pretas que deram origem a hoje cultuada miscigenação brasileira, das crianças negras escravizadas que serviam de banquinhos para as crianças brancas se sentarem, da casa-grande e da senzala, que continuam marcando a paisagem brasileira nos opostos entre as áreas nobres e as periféricas das cidades.

Que se denuncie a falta de negros na política, nos cargos de chefia no serviço público, nas empresas, nas editorias das televisões e dos jornais. No poder! É dia para compreendermos a revolução silenciosa feita por meio das cotas. É data para sentirmos a ancestralidade da África presente na nossa língua, no nosso jeito de falar, de sorrir, de brincar, de criar, de inventar, de compreender o mundo. É feriado que não passa. De luta para que, todo dia, surjam outros Zumbis e outras Dandaras a transformar o Brasil num país mais justo e democrático. E sem racismo.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



O ritual das candidaturas



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

A crise do sistema democrático acontece, normalmente, nos pródromos da eleição presidencial. É o período em que os sinais da tensão originária pela substituição no poder começam a tomar conta do cenário político. Neste final de 2025, a questão sucessória já se impõe no horizonte dos atuais líderes políticos brasileiros. O presidente Lula trabalha com um olho na administração diária e outro travado na eleição de 2026, quando ele tentará o quarto mandato. As rebeliões, os projetos, os discursos e as reviravoltas acontecem em torno da dança da sucessão. Todos tentam alcançar o melhor lugar para sensibilizar o eleitor.

Na Câmara dos Deputados, foi votado projeto de lei que reduz penas daqueles que cometeram crimes contra o poder público. Esse projeto visa, na realidade, melhorar a vida de Jair Bolsonaro, condenado a mais de 27 anos de prisão. Seus filhos fazem qualquer negócio para reduzir a ansiedade do pai. São amadores, que estão aprendendo a fazer política nos tempos atuais. Será muito difícil reproduzir aquele ambiente em que Jair, de repente, tornou-se um presidencialável em condições de ganhar a eleição. Eduardo transferiu-se para os Estados Unidos e conseguiu, durante algum tempo, influenciar nas decisões de Donald Trump contra o Brasil. Ele cometeu crime de lesa-pátria. Ainda não foi julgado pela Câmara

dos Deputados, onde não aparece há muito tempo. Deve perder o mandato por excesso de faltas. Atrapalhou bastante a vida no Brasil. Mas é difícil brigar contra o poder constituído. Bastou uma conversa entre Trump e Lula para que o poder maior prevalecesse.

Outro filho, Flávio, senador, declarou-se candidato à Presidência da República. Ele esqueceu, ou revelou não conhecer, a regra de ouro de qualquer postulante: ninguém pode ser candidato de si mesmo. A candidatura, para ter força e consequência, deve brotar do desejo de grupo ou segmento expressivo da sociedade. Flávio proclamou, em primeiro lugar, que tinha preço. Depois disse que iria até o final. Mas é atitude precária. Fugaz. Passageira. Não resistirá ao tempo nos próximos meses. O pessoal que coordena a ação anti-PT, que é forte, saberá se livrar dos oportunistas para poder indicar um candidato real, com possibilidade de vitória. Ele precisará aglutinar forças e movimentar a significativa massa de eleitores que pretende um governo federal moderno, com privatização de empresas estatais, redução do tamanho do Estado, menos impostos e recuperação do crescimento econômico. Enfim, tudo o que o governo Lula nega.

Os desejos fugazes de notoriedade devem ser traduzidos em vantagens específicas pelo pesoal do dinheiro que fica na Faria Lima. Ali, o jogo é profissional. Os donos do dinheiro querem a candidatura de Tarcísio de Freitas, atual governador de São Paulo, 50 anos, que hesita em assumir a responsabilidade. Revela ter noção dos perigos dessa aventura. Ele, carioca, pode perder tudo numa jogada infeliz. Melhor e mais seguro postular o governo do estado, apoiar um candidato à Presidência da República e esperar. Fazer o tempo trabalhar a seu favor. O contrário é ser

um candidato tutelado por Jair Bolsonaro & filhos, situação que tumultua qualquer candidatura e eventual posterior governo. A reeleição dele ao governo de São Paulo é mais segura e mais tranquila. Ele não depende de apoio de ninguém. Já fez seu nome. Na sua ausência, a escolha dos donos do dinheiro se transfere, naturalmente, para o governador do Paraná, o jovem Carlos Massa, ou Ratinho Junior.

As crises, as soluções de emergência e os faniquitos acontecem, como o do deputado Glauber Braga, que assumiu à força a cadeira do presidente da Câmara e foi retirado aos pescoções pela Polícia Legislativa. Aliás, na operação apareceu uma orientação há muito esquecida: em caso de briga entre parlamentares, a primeira ação da segurança é atacar a imprensa. É uma diretriz antiga, que não foi colocada em vigor antes porque não foi necessário. As excelências trocaram socos e palavras, mas o sinal da TV Câmara foi cortado e os jornalistas foram convidados, com ênfase, a deixar o plenário.

O projeto de lei que modifica a dosimetria das penas e beneficia Jair Bolsonaro ainda vai passar pela CCJ do Senado, pelo plenário daquela casa e poderá ser vetado pelo presidente Lula. Tudo o que está acontecendo na política brasileira se resume na liturgia que precede a disputa pelo poder. Cada um executa sua dança como melhor conseguir. Quem não entendeu o momento foi Carla Zambelli. Ela achou que poderia fugir nas garras da lei. Deputados tentaram salvá-la. Mas o ministro Alexandre de Moraes, rapidamente, declarou a perda de seu mandato. Ela está presa numa penitenciária em Roma, Itália. Deve pagar o resto de sua pena em terras brasileiras. Aprendeu que fora do poder não há salvação. E que os erros em política costumam punir severamente seus autores.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Compromissos atrás das grades

Enquanto as cadeias transbordam, o país falha em entregar aquilo que se espera de um Estado de direito: investigação eficaz, responsabilização igualitária e prevenção real da violência. O custo do sistema judiciário para o contribuinte dispara: o Poder Judiciário registrou gastos que chegaram a patamares recorde nos relatórios recentes, atingindo cifras na casa das centenas de bilhões de reais anuais, valor que não se converteu em sensação de justiça universal. Há, portanto, um paradoxo que clama por explicação: mais gasto, mais prisões, melhor justiça?

Parte essencial da explicação está na seletividade penal. Dados organizados por instituições de pesquisa mostraram que a grande massa da população carcerária não corresponde à parcela de crimes mais graves: uma parcela relativamente baixa dos presos está detida por homicídios; a maioria responde por crimes patrimoniais ou ligados às drogas. Paralelamente, estudos sobre esclarecimento de homicídios indicam que o país soluciona pouco mais de três em cada 10 assassinatos. Os índices tornam explícita uma escolha perversa de prioridades: prendemos muito por furtos e tráfico de pequenas escalas, mas investigamos mal os crimes contra a vida. Em outras palavras, prisão em massa convive com baixa elucidação de homicídios. O resultado prático é corrosivo: o sistema penal funciona como mecanismo seletivo que recai sobre os mais vulneráveis, enquanto redes de influência encontram vias de proteção.

Há ainda um problema institucional profundo: a incapacidade investigativa. Sem polícia científica robusta, sem integração de bases de dados e sem estruturas de investigação bem financiadas e tecnicamente capacitadas, o aparelho estatal congela nas portas da delegacia. A consequência é fácil de prever: crimes complexos, que exigem perícia, rastreamento financeiro e cooperação entre estados, ficam sem respostas, ao passo que operações espetaculares de repressão a pequenas redes ganham noticiário e produzem prisões massivas de menor impacto sobre a segurança pública. Investir mais no que não soluciona os grandes danos sociais é, em última análise, um desperdício dos recursos já elevados do sistema.

Também é preciso tratar das prisões enquanto espaços de violência e morte. Relatórios oficiais registram números alarmantes de mortes dentro do sistema penitenciário, muitas delas violentas e em contexto de superlotação. A vulnerabilidade à violência interna nas prisões é quatro vezes maior do que na população geral, segundo compilações recentes, e o suicídio entre presos também aparece de forma elevada.

São três as dimensões de recuperação do sistema — técnicas, políticas e culturais —, que não admitem atalhos punitivistas simplistas. Primeiro, é preciso dar prioridade às investigações e à eficácia policial. Isso significa dotar as polícias civis de infraestrutura pericial (laboratórios, exames de DNA, análise de telecomunicações), modernizar sistemas de informação e criar métricas públicas e padronizadas para medir o esclarecimento de crimes graves.

Segundo: a revisão da política penal. É indispensável deslocar do cárcere pessoas condenadas por crimes menores ou que poderiam responder em regime alternativo, multas, prestação de serviços, medidas restaurativas e, sobretudo, quando a prisão se tornou depósito e fator de aprofundamento da criminalidade. A redução da população carcerária passa, obrigatoriamente, por descriminalização calculada (onde for pertinente), alternativas penais e judicialização mais criteriosa, sem sacrificar o necessário combate aos crimes graves.

Terceiro: eficiência judicial e transparência. Gastos públicos crescentes no Judiciário devem ser acompanhados por metas de desempenho reais — redução de atrasos, prioridade a casos de maior dano social e transparência sobre decisões de concessão de medidas cautelares e progressões de pena. Transparência e padronização reduzem espaço para favoritismos e para a percepção, hoje dominante, de que há uma lei para poucos e outra para muitos.

Quarto: combate à impunidade seletiva e à corrupção. Isso exige audácia institucional, fortalecer corregedorias, promover responsabilização administrativa e criminal de agentes públicos que atuem fora da lei e aperfeiçoar mecanismos de investigação sobre elos de poder que protegem criminosos de alta complexidade. Sem equidade na aplicação da lei, qualquer política será percebida como política de caça aos pequenos e blindagem aos grandes.

Quinto: investir em educação, trabalho e políticas de inclusão nas periferias é tão parte da “aplicação da lei” quanto prender. Países que reduziram taxas de crime com consistência apostaram, simultaneamente, em prevenção social e em eficácia investigativa.

Por fim, há uma exigência moral e republicana: que o discurso punitivo não sirva de verniz para desigualdades estruturais. Justiça é, ou deveria ser, a conjugação de regras iguais para todos. Só assim, deixaremos de medir sucesso por quantas celas foram preenchidas e passaremos a medir por quantas vidas foram efetivamente protegidas e quantos crimes foram resolvidos com justiça.

A frase que foi pronunciada:

“As prisões brasileiras caracterizam-se por insalubridade, superlotação, confinamento permanente, falta de investimentos governamentais, violência de todo tipo; entre esses, maus-tratos e torturas.”

Pastoral Carcerária (CNBB)

História de Brasília

Anuncia-se para terça-feira a vinda do sr. João Goulart. Todos os dias, o serviço de imprensa do Palácio do Planalto dá uma nota e desmente outra. Informação ao público só deve ser dada quando verdadeira. (Publicada em 13/5/1962)